



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 21

Sessão Ordinária de Setembro

3.ª Reunião de 04-10-2006

Aos quatro dias do mês de Outubro de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário da Mesa Celso Augusto Batista dos Santos na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Vogal João Carlos Martins Valente na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Sérgio Filipe Pires Loureiro na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais Joaquim Manuel Silva Marques, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Manuel Prior Pedreira Neves, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Fernando José Florentino Marques, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, António de Bastos Marques Rodrigues, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António do Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:
Luís Claro de Jesus e Mário Manuel Borges Pereira Pinto.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Luís Miguel Capão Filipe, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins e António Rocha Dias de Andrade (entrou na sala às 22:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa em exercício deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, Gilberto Jorge Tavares de Matos Ferreira, Paulo Jorge Barreto da Maia, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso e João Pedro Simões Dias, foram substituídos nesta reunião pelos sucedâneos na lista de candidatura, Joaquim Manuel da Silva Marques, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Vasco Manuel Dias Lopes, Ricardo Miguel Damas Cunha Tavares, António Bastos Marques Rodrigues, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e Diogo Manuel Santos Soares Machado, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Álea Gilda Salgado Morgado Teixeira, Paula Dias Urbano Antunes, António Manuel Carvalho Serra Granjeia e Jorge Manuel do Nascimento, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa em exercício, informou que o Presidente da Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião, por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa em exercício ⁰²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³

“Passados estes dois dias da última reunião e dos incidentes da parte final em que ela terminou, tenho a dizer o seguinte: esta minha intervenção serve essencialmente para endereçar um pedido público de desculpas — desculpas extensíveis ao Dr. Raúl Martins, em termos pessoais.

O envio de um e-mail ao Dr. Raúl Martins, foi da minha inteira responsabilidade. Tendo exprimido a minha opinião à altura sobre a EMA/Beira-mar e a criação de um protocolo entre a Câmara e este Clube.

Sublinho, que se tratou de uma conversa privada na qual exprimi a minha opinião própria e lamento sinceramente que este assunto tenha sido trazido à Assembleia Municipal de Aveiro.

Com este pedido pessoal de desculpas considero este assunto encerrado e mais nada direi.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴

“Era para dizer que como sempre e pelo meu lado e a bem de Aveiro, as desculpas estão aceites.”

Presidente da Mesa em exercício ⁰⁵

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶

“Quería fazer a defesa da honra desta Bancada.

Começava por me penitenciar por me servir desta figura, para poder transmitir da parte da bancada, algo que entendemos esta câmara ser merecedora e que deve exigir.

É doloroso para nós vermos duas pessoas estimadas envolvidas num qui pro quo, que podia ter sido evitado. O assunto é muito delicado para qualquer das partes. Pois do que nos é dado a saber, envolve conversas privadas entre pessoas e sobre pessoas que exigem reserva e recato próprios de uma sociedade evoluída.

Não querendo entrar ou ser entendido como moralista, entendemos contudo que temos a obrigação de apelar à compreensão das pessoas, e principalmente aqueles que mais directamente se encontram envolvidos neste desagradável acontecimento.

Daí que, não fazendo juízo de valor sobre o que quer que seja, ou sobre quem quer que for, entendemos que tanto o Sr. Dr. Raúl Martins como o Sr. Manuel Prior, tem em si forças, disponibilidade e capacidade para encontrar a melhor forma, para entre eles encontrarem, uma plataforma de entendimento e de superação deste incidente.

É isto que desejamos sinceramente, e julgo que toda a Assembleia aspira e incentiva.

Sei também, pelo que conheço e pelo o que o Sr. Manuel Prior já me afirmou, irá também ele pessoalmente junto do CDS/PP e junto das pessoas de quem possa ter referido no famigerado e-mail, uma retratação, uma explicação e um pedido de desculpas.

É um assunto que deverá e vai ser tratado com muita seriedade e com muita nobreza, com a preocupação de não deixar dúvidas ou mazelas no nosso espírito ou no espírito de quem assistiu ou possa ter lido o que aconteceu nesta Assembleia.

Daí que, pedíamos a todos, que se abstivessem de comentários e que deixássemos os mais directamente envolvidos a discutir e a encontrar as melhores formas de superar este tão sofrido caso.”

Presidente da Mesa em exercício ⁰⁷

(Entrou na Sala o Vogal António Mário da Fonseca Neto)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁸

“Gostaria de dizer que, no todo, este processo foi sempre reactivo e nunca pro-activo. Desde o primeiro artigo que publiquei, desde aquilo que fiz aqui, que aqui disse e que aqui afirmei, nunca o fiz em primeiro lugar; fi-lo sempre como resposta a alguma coisa que aqui foi dito. A minha primeira publicação é no seguimento de um artigo do Sr. Eng.º Carlos Santos; a minha segunda publicação é no seguimento do segundo artigo do Sr. Eng.º Carlos Santos.

Aquilo que aqui disse, apenas aconteceu porque me senti ofendido na minha honra pessoal, depois de uma Assembleia... e espero que isso ainda volte aqui a ser analisado.

O Senhor já foi presidente de câmara e que já esteve muito nesta Assembleia, sabe houve uma Assembleia em que eu tive de pedir desculpa por ter ultrapassado o tempo, que em condições normais não teria acontecido.

Todos estamos conscientes certamente disso e sabem, que muita gente nomeadamente nessa sessão muita gente ultrapassou o tempo largamente, e eu inclusivamente tive tempo disponibilizado por gente da minha bancada, e que outras pessoas que também ultrapassaram o tempo largamente não tiveram, e que eu fui injustamente (é assim que o sinto) penalizado — e pedi desculpas por isso. Porque não me custa nada pedir essas desculpas, quando efectivamente prevarico; mas de facto, outras pessoas deveriam seguir o mesmo caminho, embora como é óbvio o senhor presidente não tenha a cara da Fátima Lopes, nem isto aqui seja o programa “perdoa-me”.

De qualquer forma, esperemos que a bem de Aveiro, este tipo de coisas para o futuro, não se repitam. Porque se a nossa honra, ou se o Partido Socialista for beliscado nós cá estaremos com todo o nosso sangue e tudo aquilo que podemos ter da nossa força para o defender.”

Presidente da Mesa em exercício ⁰⁹

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) ⁰¹⁰

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (Continuação).

De seguida o Presidente da Mesa em exercício deu a palavra ao Vereador Miguel Capão Filipe para responder, às questões levantadas na reunião anterior.

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰¹¹

(Entrou na Sala o Vogal Vasco Manuel Dias Lopes)

Vereador Jorge Greno ⁰¹²

Vereador Pedro Ferreira ⁰¹³

Vice-presidente da Câmara ⁰¹⁴

Presidente da Câmara ⁰¹⁵

“Permitam-me para concluir esta fase de informação, que comece de forma diferente e que comece com duas saudações especiais: a primeira para alguém que está entre nós hoje e que vive um momento especial e que eu acredito que ao longo da vida já tenha plantado uma árvore, acredito que essa pessoa tenha escrito já um livro e hoje completou ao ser pai, o Dr. Nuno Marques Pereira, que aqui está e a quem felicitamos e damos um abraço de congratulação.

A segunda é para a Freguesia de N. Sr.ª de Fátima, não está aqui o Senhor Presidente porque faz hoje vinte e um anos que foi publicada a Lei 104/85, que criou no nosso concelho a freguesia administrativa de N. Sr.a de Fátima; daí que endereçamos também estes parabéns à freguesia e à população.

Das questões que nos foram colocadas (Dr. Pires da Rosa não está, o Sr. João Barbosa também não está aqui no hemiciclo). Dr. Carlos Candal eu não tenho dotes premonitórios como teve a parteira do Dr. Carlos Candal — que acertou certamente em tudo, não falhou em nada.

Mas mesmo sem esses dotes acredito que a Pista de Remo vai para a frente, vai-se concretizar. Já agora também registei as considerações laterais que fez em relação a este processo.

Quanto à análise que fez ao Relatório preliminar e ao facto de considerar que não respeitámos os Senhores Vereadores — eu discordo naturalmente dessa opinião e foi até a primeira vez (que eu saiba) que chegaram a todos os vereadores cópias dos relatórios que nós recebemos. Isto é, na prática, não por palavras, na prática, respeitámos os Senhores Vereadores. E gostaria até de assistir a um debate, que seria naturalmente interessante, a uma troca de opiniões entre o Dr. Carlos Candal e o Dr. João Pedroso sobre esta temática, porque enquanto um diz que: “ficámos muito aquém” o outro diz que: “passámos muito para além”. Certamente que teremos estado aqui, como dizem os latinos, no ponto certo que é o meio.

Em relação ao Prof. Manuel António Coimbra, agradecer as reflexões que produziu, as palavras que nos trouxe e a questão que suscitou, a Avenida. Como sabe é uma questão sensível, delicada e que tem merecido da nossa parte, preocupação. Temos criado internamente um espaço grande de diálogo, temos tido reuniões temos trocado opiniões; porque no fundo temos a certeza absoluta e naturalmente é uma ideia que todos nós temos que a Avenida não pode ser vista de forma isolada. Ela insere-se num conjunto e qualquer alteração, qualquer intervenção, qualquer decisão que se tome na Avenida tem repercussões, mexe com toda a cidade e daí essa cautela.

Nós temos já em elaboração depois daquelas fases iniciais de troca de opiniões, o estudo das cérceas, funções e tipologias para Avenida, que é uma das questões. Outra questão também em simultâneo, em paralelo e em articulação com esse estudo, estamos também a fazer um estudo do novo perfil que procure responder aos novos desafios e aos problemas que o futuro nos trará. A ideia no essencial é alargar o espaço pedonal, inclusivamente estamos tecnicamente a avaliar a solução de se criar no subsolo um estacionamento de forma a retirá-lo da superfície. Mas é uma questão que está a caminhar, que está a fazer o seu percurso e está a ir bem.

Quanto à questão que colocou há oito dias, quanto à saída ou não da Policia Judiciaria, nós nessa altura, quando através dos jornais tivemos essa informação, oficiámos imediatamente ao Sr. Ministro solicitando que confirmasse ou infirmasse essa notícia que tínhamos recebido, manifestamos interesse em sermos recebidos para podermos aprofundar o assunto e agendámos

nessa altura, para a reunião de nove de Outubro (que é na próxima segunda-feira) este tema para ser analisado pelo executivo e para depois tomar a decisão que entender por mais conveniente em relação ao mesmo.

Deputado Jorge Afonso, a questão das freguesias e do abandono. É um dos assuntos que nos causa muita mágoa. Como sabe eu tive dezasseis anos essa vivência; causa-nos mágoa não termos forma e meio de procurar apoiar e ajudar mais as juntas de freguesia. Nós durante este ano no Plano de Actividades para este ano, as juntas de freguesia foram a única entidade para as quais não houve redução, no que foi previsto em termos de orçamento. Inclusive, contemplámos uma verba que tinha sido enfim retirada em anos anteriores de apoio às juntas de freguesia de forma a que as juntas tenham algum espaço de liberdade e de decisão e de intervenção. Mas é um assunto que vimos com mágoa, esta incapacidade, e que iremos fazer os possíveis para tentar contornar essa situação porque estamos conscientes que quanto mais próximo chegarmos dos cidadãos melhor para os cidadãos e melhor para a comunidade.

Deputado Santos Costa, obrigado pelas suas palavras e pelo apelo que fez à união e ao envolvimento de todos — essa é condição primeira para que possamos atingir os objectivos que pretendemos.

Deputado João Carlos Valente, também queria agradecer-lhe as palavras amáveis e a reflexão. A questão do Parque de Campismo de S. Jacinto é um assunto que tem uma história já muito longa, profunda, e eu se calhar sugeria, porque é um assunto que vai demorar muito tempo a explicar e a enquadrar, e sugeria que depois tivéssemos uma conversa extensiva a quem quisesse, particularmente sobre este assunto, para o aprofundar, para o conhecermos com mais rigor.

O Deputado António Regala pôs uma questão há oito dias que tinha a ver com a GAMA. Esta questão entronca com um modelo institucional do associativismo municipal. Conforme sabe o Governo no seu programa aposta numa alteração profunda nesta área. Os municípios continuam a aguardar aquela que venha a ser a decisão do Governo, para tentarmos depois ajustar naturalmente o nosso posicionamento local em função daquilo que venha a ser definido pelo Governo. Certamente haverá necessidade de fazer ajustes em função das NUT's. No fundo o que nós pretendemos é ganhar condições legais enquanto GAMA para avançar com eficácia e com rentabilidade.

De qualquer forma, independentemente do avanço ou não desse processo, tem havido reuniões periódicas da GAMA e da AMRia. Juntamos as duas coisas, reunimos os Presidentes de Câmara e têm tido encontros periódicos em que analisamos um conjunto de questões que são importantes para a nossa região.

Deputado Rocha de Almeida, obrigado pela sua reflexão, foi uma reflexão rica e frutuosa, teve palavras amigas e teve também palavras exigentes e é assim que nós gostamos, é que haja exigência e por isso agradecemos também a exigência que colocou e que é muito positiva para todos nós.

O deputado João Pedroso não está, mas queria agradecer-lhe a clarividência da intervenção que teve, embora não concorde com essa intervenção. Mas foi clarividente, foi oportuna e certamente que teremos oportunidade depois quando nos encontrarmos de podermos aprofundá-la mais.

Por último e em relação ao deputado Diogo Machado, fez aqui um desafio para pormenorizarmos duas ou três questões que tínhamos avançado na Comunicação. Em relação à avenida S.ta Joana é fácil: é ir ao local é ver a solução no concreto. Que o planeamento deve ser feito naturalmente no gabinete, mas o planeamento também tem de ir ao terreno e eu acredito mais no planeamento feito no terreno, no contacto com a realidade, do que apenas no planeamento feito no gabinete. E quem for ao local, apercebe-se, que além do mais, aquilo não era executável; aquela avenida não era executável, além de outras questões.

O mesmo se passa, com uma análoga, com aquilo que era uma avenida em S. Bernardo. Podia ser um projecto lindo, encantador, sonhador, podia ser a coisa melhor do mundo, mas nem

daqui a cem anos aquilo estava concretizado. A forma como ela saia, por onde ela passava, os terrenos da forma que cortava, as casas que tocava, podia dar para sonhar, mas nunca daria para realizar.

Depois há também, conforme já aqui foi dito, a questão do respeito que nos são devidos aos órgãos locais, neste caso quer a Assembleia de Freguesia, quer à Junta de Freguesia, que era constituída por cidadãos de todos os partidos políticos — e a posição foi unânime sempre que se pronunciou sobre este assunto.

Por último, a questão do isolamento em relação aos outros municípios. E aqui retoma-se um pouco a questão da GAMA. Tem havido um esforço grande de todos os municípios de procurar potenciar os valores que resultam de uma união de todos. E temos essas reuniões, tem sido importante temo-las tido; há aqui questões colocadas que são comuns, há questões intermunicipais que têm sido debatidas, aprofundadas, por exemplo no âmbito do quadro de referência estratégico 2007/2013, há um trabalho bom que tem sido desenvolvido por todos os municípios no âmbito das zonas industriais de nova geração, é um trabalho muito bom que em articulação com a Universidade de Aveiro está a ser desenvolvido pela GAMA e pela AMRia.

A gestão das redes de saneamento e da água, nomeadamente em termos da normalização de preços no concelho também é outro trabalho importante.

Questões depois menores, mas também importantes como o Canil Municipal, como o novo modelo de gestão da Ria, como o Eixo Estruturante etc., são questões que têm sido colocadas em cima da Mesa por todos os Presidentes de Câmara que integram estas duas entidades; e é de esperar naturalmente que com esta força, com este peso sociológico que representam aqueles treze ou catorze Presidentes de Câmara, muitos dos projectos, no interesse da região de Aveiro, venham a ser concretizados.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício ⁰¹⁶

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁷

“Gostaria de referir alguns dos problemas que me foram suscitados pelas intervenções da câmara, por tudo aquilo em que, em princípio estou ligado, e às questões que coloquei.

Museu da República. Se bem me recordo, e eu tenho memória, - provavelmente o Vereador Capão Filipe, o Vereador da área não tem, porque disse que recebeu uma situação herdada, situação essa que foi tratada. Por acaso o Senhor Presidente da Mesa, recorda-se, por mim, pelo Presidente da Câmara o Dr. Girão Pereira e ao tempo pelo Sr. Vereador Vítor Silva.

Quer-se dizer, e desde sempre foi tão importante, como os papeis escritos são os contratos verbais, e eu quero aqui verbalizar o contrato feito, entre mim próprio, que era ao tempo o secretário coordenador, responsável pelo arrendamento, o Dr. Carlos Candal do espaço, na transferência e negociação, deixando claro que aquele espaço não seria o Museu do Moliceiro e da Gastronomia, mas Museu da República. E foi assim que não foi, nos dois mandatos anteriores, que o Museu da República tinha esse nome.

Era só para tentar recordar, que as situações herdadas não são de ontem, são de anteontem; e o Sr. Vereador, deve ter atenção a essa história, se é que a história, - que eu quero apenas e só ter, alicerçar, para construir um futuro melhor. Tenho que a ter em consideração apenas e só — e não para andar sempre a coçar a ferida.

VALORCar. Ainda não está o assunto encerrado; ainda não está tudo feito. Porquê e para quando é que se acabará esse processo?

Apreciamos a posição da Câmara relativamente às preocupações, no que concerne à protecção dos munícipes, no momento em que perdem a sua condição de seres saudáveis. É que nós, além de termos uma intervenção importante, e que foi aquilo que nós referimos, acerca de todas as atitudes de prevenção: rastreio contra o cancro; promoção de recolhas de sangue e muitos

mais; devíamos até apoiar a multiópticas na promoção do despiste de deficiências de visão; dos problemas de pele - tudo é tarefa de prevenção. É de facto uma tarefa que aqui já foi dita e pelos vistos o Sr. Vereador não tomou nota de quando discutimos - e eu referi, o sistema nacional de saúde no município de Aveiro, e não o Serviço Nacional de Saúde, e manifestei-me disponível, para estar sempre pronto a discutir qualquer um dos sectores do sistema, - até o serviço; e vamos falar nisso agora a seguir, por que é dos tratamentos de agudos daquilo que nos importa a todos, e que é necessário tomar algumas medidas e também corrigir alguma coisa. Porque um hospital, não é uma coisa que cada um possa inventar, e naturalmente, não cumpra o senhor vereador com os assuntos da saúde, de inventar qualquer tipo de hospital.

Como sabe, e até porque teve aqui e assumiu logo umas responsabilidades, e que nós não nos inibimos nunca de cooperar e de proteger, em toda essa tarefa, saiba bem, que também é preciso nesta matéria ter memória. E ter memória, - eu aqui já o referi, quem desvalorizou o Hospital de Aveiro, o Hospital hoje, denominado ao tempo Hospital Distrital de Aveiro, hoje denominado Hospital Infante D. Pedro, foi num governo de maioria absoluta, quem o desvalorizou e o classificou de hospital H2 - já o disse e repito para todos confirmarem, foi a ministra da saúde Leonor Beleza, subscrito pelo Senhor Primeiro Ministro Anibal Cavaco Silva; e disse claramente que os aveirenses através dos trabalhadores do hospital, do seu presidente do conselho geral, professor Renato Araújo, dos presidentes de câmara José Girão Pereira e todos os outros, coadjuvado pelo governador civil, Dr. Sebastião Marques, conseguiram trazer de novo, fazer reverter, criaram peso político com competência, porque ao tempo e o que se trata aqui, - porque não vale a pena pedir chuva, porque a chuva cai; é preciso é ter-se competência e excelência, para se exigir o que quer que seja. O que quer que seja! É só com competência e excelência. E o que nós verificamos, é que nem todos têm a excelência nem a competência para tal, e por isso como dizia o poeta Eugénio de Andrade, têm que agradecer aquilo que lhe dão, porque aqueles que o merecem não agradecem, e eu quero crer que mereço, por isso não agradeço. E mereço porque luto! Isto não me parece forma viabilizante de luta.

Para concluir, só duas pequenas notas relativamente aos problemas levantados, porque também estão conexos com o problema de Saúde. A Saúde começa pela boca, e no mercado distribuidor Manuel Firmino, não fiquei rigorosamente nada satisfeito, com as respostas do Sr. Vereador Carlos Santos relativamente à distribuição e à preocupação que apresentámos aqui, relativamente às condições de garantir a todos aqueles que têm de distribuir, sob pena de a Câmara - ela própria ter que perante a ASAE de se explicar porque não é possível instituir um processo de HACCP. A Câmara não deve levar nem conduzir nenhum dos seus municípios para nenhum logro.

O Senhor Presidente da Câmara a quem eu coloquei “n” questões, relativamente ao texto ridículo que aqui deixou - e eu disse “ridículo”, porque é caricato. E eu só quero uma questão: qual é a ideia de cidade? Qual é o projecto? Para nos criar o elan para o podermos auxiliar. Criem-me algum elan para eu também não desanimar, senão tal e qual como o Presidente de Câmara que já teve dois desânimos, se eu desanimar – é que eu só sei trabalhar com o acordo de citação de Foucault: - só com alegria, fico tão triste que nunca mais lhe pego, nem contribuo para nada.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁸

“A primeira coisa que eu queria perguntar era directamente ao Sr. Vereador Pedro Ferreira, se o valor que indicou de leaseback diário, é capital e juros, ou são só juros?

Quanto ao problema dos SMA's que está a recuperar, eu gostaria que me pusesse isso em dois pratos da balança: SMA's por um lado, MOVEAVEIRO por outro, porque os SMA's ao fim e ao cabo foram expurgados, no meu entender, da parte má, e ficaram só com a carne da perna; mas

tem do outro lado, se calhar pede uma recauchutagem. E era para isso que eu queria saber se de facto esses valores que estão a ser recuperados nos SMA's, em termos de dívida, são compensados ou não pelo aumento de dívida na MOVEAVEIRO? Não sei se me está a compreender?"

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁹

"Querida só colocar duas questões, e uma é porque fiquei de certa maneira surpreendido, porque não houve aqui nenhuma referência, - talvez porque não tenha havido nenhuma questão posta pelos meus pares aqui, mas de qualquer maneira acho que a altura o exige e a importância do caso também exige saber-se alguma coisa, sobre o que é que está elaborado, definido, e feito, sobre a Carta Educativa do Concelho de Aveiro? Porque até agora nada sabemos e já era tempo com certeza de se saber alguma coisa.

Outra questão, é uma questão que se prende com uma situação relativamente nova e por isso eu me preocupei em colocá-la aqui, e que tem a ver, - nós sabemos que por exemplo, tem, a ver com os solos junto à Ria em Aveiro, há longos anos, desde já de mandatos anteriores aos do Prof. Celso, que se começaram a fazer obras nos muros da Ria, tendo em vista a segurança das próprias margens da Ria, relativamente aos canais. Obras que se têm mostrado fundamentais para sustentar portanto, a própria terra. No entanto, e relembrando uma conversa que tive em tempos com um dos encarregados de uma obra, - só por curiosidade, e por mero acaso, numa das obras dos muros da Ria, ele referiu-se junto à construção dos paredões que estão a fazer nas margens da Ria, o solo interior se encontra na maior parte dos casos perfeitamente roto; - isto é, com lama, com bastante profundidade de facilidade de entrada de estacaria, por exemplo. Isto de certa maneira permite uma ideia preocupante, de como é que a cidade de Aveiro está sustentada, como é que o solo da cidade está sustentado, sabendo nós de onde é que advém toda esta situação, que advém de uma zona que depois se transformou em pantanosa lagunar, e que provocou este tipo de solos.

Isto vem agora ao de cima porquê? Porque muito recentemente na segunda-feira passada, esta semana, em frente à Rota da Luz, aparece uma cratera, - que já está devidamente defendida por umas grades para as pessoas não pisarem, mas é efectivamente uma cratera, com alguma profundidade, - porque se vê no próprio buraco, que o solo ficou oco, e que levanta aqui então estes tipos de preocupações que eu referi anteriormente. E a questão que eu ponho, é se não será de se fazer efectivamente um estudo aos solos de Aveiro, - não é uma situação que me pareça demasiadamente cara, e parece-me que é uma situação preventiva de alguns problemas graves que possam eventualmente de surgir, e possam provocar algumas possíveis derrocadas. Nada de entrarmos em pânico, porque não será uma situação para amanhã, nem para depois de amanhã, mas é uma situação que nós temos que nos prevenir a nós próprios, para nos defendermos perante esta terra."

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁰

"Tenho pena de alguns membros não estarem aqui nesta Assembleia, porque gostaria de falar para alguns dos meus colegas de Assembleia, que só agora aqui chegaram, e não presenciaram o passado, porque há um discurso muito comum na nossa esquerda política, que lamenta o facto dos jovens hoje desconhecerem a democracia, e desconhecerem os valores da democracia; porquê? Porque sempre viveram em democracia e por isso não sabem o que é ausência de democracia. E isto vem a propósito das críticas que são feitas à Comunicação do Senhor Presidente da Câmara.

É que eu sou do tempo, em que a comunicação do Senhor Presidente da Câmara era chegar aqui à Assembleia, distribuir duas folhinhas e dizer assim: - a minha comunicação foi

distribuída, não tenho mais nada para dizer. E nós, tínhamos de puxar pela nossa imaginação, para fazermos com que o senhor presidente da câmara da altura, pudesse cumprir aquilo que a lei estipulava. E o que é que a lei estipula para o primeiro ponto da ordem de trabalhos: - estipula, que “o Sr. Presidente da Câmara dê conta da actividade municipal, no período que medeia entre as duas assembleias municipais”. Ora, é exactamente isto, que nós temos presente neste relatório: um período de intervenção de cariz mais político, assinado pelo Senhor Presidente da Câmara, onde coloca as suas reflexões, acerca deste período, e depois um conjunto de actividades que aparecem, fruto daquilo que os serviços vão comunicando e querem comunicar à Assembleia.

Dou-lhe os parabéns Senhor Presidente, por dar liberdade aos seus serviços de nos poderem comunicar aquilo que muito bem entendem. Pena é que no passado, essa informação nos tivesse sido sempre sonogada, e foi a muito custo, - não só da nossa bancada, mas de toda a Assembleia, que fizemos ver ao Sr. Presidente da Câmara da altura, que não podia tratar desta maneira a Assembleia, e por isso, voltando à questão da democracia, ainda bem que o relatório está como está, muito nos custou para que o relatório estivesse da forma e com a informação que este relatório, neste momento, contém. E esperemos que continue. Mal é a altura em que voltar a ser novamente duas folhinhas, ainda por cima a pedido de alguns senhores deputados que até dizem que são da oposição, e que afinal têm matéria de mais para ler.

A segunda reflexão diz respeito ao Museu da República. É que Museu da República, só o tem sido de nome, porque até agora, nunca foi sequer um museu de verdade. Aquelas instalações, inauguradas já há muito tempo, têm servido para algumas exposições esporádicas, e mesmo assim quando há exposições que normalmente até são gratuitas, por várias vezes referi aqui nesta Assembleia, que nem sequer um cartaz tinham para convidar as pessoas a poderem entrar.

Ao menos que tivesse visitantes para mostrar um espólio que ainda não estava lá, mas que pelo menos tinha algumas exposições itinerantes que pelo menos usavam aquela sala.

Por isso, bem haja a altura em que alguém diz, vamos lá ver qual é o espólio que querem colocar aqui? Vamos lá ver se este espólio tem ou não tem valor? Deve estar neste local, ou não deve estar neste local? Vamos fazer uma reflexão sobre o que é que nós queremos destas instalações.

E penso que é esta reflexão, é este debate que nós podemos hoje assistir e que se calhar há outras alternativas; se calhar o espólio que nos estava a ser cedido e que muito agradecemos, se calhar não seria o mais indicado para ser usado naquelas instalações; se calhar podemos ter outras ocupações para aqueles edifícios; se calhar - porque não, termos um museu da memória aveirense; não temos que ter memória? Temos! A República tem que ter memória? Também! – Vamos debater estes assuntos, mas pelo menos não deixemos que aqueles edifícios que foram construídos à custa do erário público, não sejam os edifícios fantasmas que ninguém visita e que não têm utilidade nenhuma, não tiveram utilidade nenhuma para os aveirenses, nem para quem nos visita.”

Presidente da Mesa em exercício ⁰²¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰²²

“Gostava de começar por chamar aqui ao hemiciclo o Dr. António Rodrigues, porque isto de chamar ridículo aos outros e depois sair também não beneficia muito a pessoa.

O Dr. António Rodrigues na sua comunicação analisou este documento que aqui está. E este documento que aqui está - o Prof. Manuel António ainda agora o enquadrado legalmente com toda a clareza, é um relatório da actividade desenvolvida pela Câmara (e tínhamos esse dever), e trazer aqui um relatório do que se passou entre a última assembleia e esta assembleia.

E ao analisar este documento, este relatório que aqui está, o Dr. António Rodrigues estranha que não está aqui o projecto da cidade, e como não está aqui o projecto da cidade, chamou a este documento ridículo?! É só para que lhe pedir um favor: utilize por favor outra adjectivação. Porque, até aqui neste local, o respeito tem lugar. Eu sei que o Senhor é uma pessoa de muito respeito, mas não se esqueça que também tem que tratar os outros com respeito. Eu peço-lhe que tenha isso em atenção e que actue em conformidade.”

Vice-presidente da Câmara ⁰²³

“Apenas duas questões que eu considero importantes. O Deputado António Regala levantou aqui uma questão: - “estudo em relação aos solos de Aveiro”. Eu creio que essa questão é muito importante e que é levantada, e gostaria de lhe dizer o seguinte: todos nós estamos preocupados, prevê-se agora para o dia oito que tudo isto se vai agitar em termos de marés vivas e em termos de agitação. Nós estamos preocupados com esta situação, estamos a fazer reuniões, estamos a criar meios para tentar dar respostas, a (se calhar) alguns problemas complicados que poderão surgir.

O Sr. Deputado António Rodrigues gostaria de lhe dizer o seguinte: - o Senhor tem de facto um elan espectacular, e o senhor fala de uma maneira para as pessoas que parece que lhes está a bater. Fala “grosso” e dá a impressão que quer bater às pessoas. Mas nós como não somos pessoas de medo, nós não temos medo rigorosamente nenhum de ninguém, queríamos dizer-lhe a si o seguinte: Mercado Manuel Firmino, o número “cuidados sanitários”, chamar a ASAE e mais não sei quem e tal; queria dizer-lhe que fui director durante dezoito anos de um porto de pesca e que sei o que são números de controlo veterinário, e sei as preocupações sanitárias que têm que haver em relação aos estabelecimentos que vendem produtos alimentares. Portanto, agradeço as suas sugestões, mas delas não preciso rigorosamente nada, não me adiantam rigorosamente nada, porque eu sei o que é que devo fazer em relação a essa matéria.”

Vereador Pedro Ferreira ⁰²⁴

“Tentando também ser telegráfico em relação às questões colocadas pelo Dr. Raúl Martins, o valor dos cinco mil é capital.

Em relação à questão a somar MOVEAVEIRO, capital.

LEASEBACK e IMOLEASING as duas situações. Em relação aos SMA's MOVEAVEIRO, não, não corresponde, os SMA's não têm o encargo da MOVEAVEIRO, mas têm que pagar a SIMRIA e só o valor da SIMRIA ultrapassa o valor em que era subsidiada a MOVEAVEIRO.

Aproveito para vos dizer que até ao final do mês de Outubro, teremos um estudo sobre como é que está a viabilidade da MOVEAVEIRO, e ele depois será apresentado à Câmara, e nós vamos também pedir para entregar aos líderes parlamentares para todos analisarem e poderem ter maiores dados sobre a empresa.

Deputado António Regala, - Carta Educativa. O processo está a decorrer o seu caminho. Como sabe tem que ir ao Conselho Municipal de Educação, depois à Câmara Municipal e depois passar para a DREC. Dentro em breve será apresentado ao Conselho Municipal de Educação, para depois seguir o resto dos trâmites.”

Membros da Assembleia

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁵

“Senhor Presidente, é claro que relativamente à qualificação do texto, eu quero crer, que foi mal interpretado pelo Senhor Presidente da Câmara, porque se calhar não percebeu a citação de Psicari, - apesar de tudo o que foi dito, e era isto que eu lhe queria penas aduzir, é que não me pareceu; e referi-o! Esqueceu-se disso. Referi-o, porque não é um raio de sol que passa por cima, e disse mesmo: na análise deste texto, que me parece (que me parece, é minha opinião

peçoal), caricato e ridículo e é desmontado, desmontável, porque nem quinze dias dariam para cada um estar aqui a elencar o inventário da Câmara.

Relativamente às directivas comunitárias de 2002/2003, conhecemo-las bem. Tão bem, que não necessitamos nem de aprender, nem de ensinar. Precisamos apenas e só de as aplicar.”

PONTO 2. EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS HIDRÁULICAS DA PISTA OLÍMPICA DE REMO E CANOAGEM DO RIO NOVO DO PRÍNCIPE” – ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI) EM CONFORMIDADE COM O CRONOGRAMA FINANCEIRO DA EMPREITADA.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 03/07/2006, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).⁰²⁶

Usou da palavra o Vereador Pedro Ferreira para a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.⁰²⁷

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício⁰²⁸

Vogal Fernando Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

“Eu tinha pedido para ser o primeiro interveniente neste ponto, e ficou combinado (isso na reunião de líderes), o seguinte: - como todos sabem, eu sou Presidente da Direcção da Colectividade Popular de Cacia; portanto sou membro de uma parte interessada nesta questão. Entendo que por motivos éticos, não devo participar na discussão deste ponto e portanto vou ausentar-me da sala, - por uma questão ética.

Estou naturalmente no edifício e à inteira disposição da Assembleia, se alguma opinião, algum esclarecimento da minha parte for necessário.”

(Saiu da sala o Vogal Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso)

Presidente da Mesa⁰³⁰

Vogal António Regala (PCP)⁰³¹

Vogal Raúl Martins (PS)⁰³²

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰³³

Vogal António Rodrigues (PS)⁰³⁴

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

“A minha intervenção é apenas para secundar o deputado Calafate e fazer-lhe um pedido - se achar que é crítica, também é, mas é sobretudo um pedido. Nisto da Pista do Rio Novo do Príncipe, não meta política. Nenhuma! Nenhuma, nenhuma..., não meta política, porque a política é que nos divide. Meta-lhe Aveiro. Com Girão Pereira. Já agora, com a passividade que o Prof. Celso teve nesta matéria; esqueça-se disso. O Alberto Souto, foram oito anos..., bem, não meta política.

E já agora, vá ver os programas eleitorais do Dr. Alberto Souto no primeiro mandato, e depois no segundo e na evolução, e aperceba-se, - como ele se apercebeu; o Dr. Alberto Souto no

princípio não era, a Pista do Rio Novo do Príncipe não era um tema decisivo, foi sendo. Tenho gosto por ter contribuído para isso.

E o Alberto Souto que era um tipo inteligente, foi percebendo e foi-se apercebendo das reacções da população; dos mais velhos e depois dos mais novos. E criou-se à volta da Pista do Rio Novo do Príncipe uma mística que deve estar por cima do facciosismo político partidário.

Para mim, a Pista Náutica do Rio Novo do Príncipe, é mais importante que a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, - dou a minha palavra de honra! Emocionalmente, intelectualmente, numa perspectiva geracional, e vamos ver se estamos todos em sintonia.

As reservas do Raúl Martins, são de calculismo económico-financeiro; ele sabe do que fala, e posso dizer que esta preocupação que ele transmitiu aqui, já tinha transmitido internamente dentro do partido, sem nenhuma polémica. Porque ele também quer a pista.

Como é que nos vamos ligar, - é a tal história do peso político, mas hoje não vou falar nisso; mas é um problema de nos empenharmos com peso político; é isso! Esse dinheiro do protocolo e outros, tem que vir de um lado ou de outro: ou à pala da beneficiação agrícola da zona; ou sacando dinheiro da União Europeia, que é complicado porque já deram para este pobre, para este tema, mas tem que haver uma movimentação emocional e afectiva da população, de modo a podermos pressionar o poder político. O que é socialista pode deixar de ser.

Os poderes políticos reagem todos sempre da mesma maneira, seja qual for a cor partidária dominante. Por exemplo, são centralistas mesmo quando conversam sobre a descentralização, ou quando estão ideologicamente comprometidos com descentralização. Não sei como é, e eu nisso entrego-me nas mãos do Presidente da Câmara. Não sei, vamos fazer qualquer coisa: um grupo de pressão para ir a Lisboa; uma manifestação com carros agrícolas; manda-se vir cá um maioral da política, não se explica e depois envolve-se, faz-se um sequestro no meio de tractores agrícolas, sublinhando a tónica económica da região. Não sei como é, é um problema de imaginação, mas isto tem que vir para os jornais, e tem que estar no coração dos aveirenses. O Rio Novo do Príncipe, eu conheço-o desde há muito tempo, mas foi aqui dito “os caminhos para o Rio Novo do Príncipe”. As pessoas de Aveiro iam, saíam de lá todas sujas, iam a cortamato, havia um sarilho para o trânsito, não havia onde estacionar, davam cabe dos campos, mas ia toda a gente satisfeitiíssima. Era a romaria do Rio Novo do Príncipe, e do Galitos, mas agora há outro clube de remo, e pode haver terceiro, - e espero que haja.

Era só isto que eu queria dizer: esqueça lá os oito anos, não volte a falar nisso. Fale em Aveirenses! Olhe, invoque o José Estêvão Coelho de Magalhães que já era a favor da Pista Náutica do Rio Novo do Príncipe.

(...) Eu estou ultrapassado é na minha vontade de fazer qualquer coisa pela Pista do Rio Novo do Príncipe. Não sei o quê! Estou disponível. Colaboro no sequestro do Presidente da República e da sua excelentíssima Esposa, e depois devolvem-se às autoridades policiais, em Cacia perto da Pista do Rio Novo do Príncipe.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰³⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰³⁷

“Querida começar por dar os parabéns aos senhor Casimiro Calafate pela sua intervenção, pelo empenho que tem tido neste processo — é muito agradável quando vamos a Lisboa conversarmos durante toda a viagem. É sempre um momento de grande aprendizagem da minha parte. Como foi hoje a comunicação que aqui produziu na Assembleia e que eu ouvi com muito agrado e felicito-o por isso.

Dr. Carlos Candal, eu aceito o repto — vamos meter Aveiro no processo. Nós somos herdeiros de um historial imenso. Este processo não foi começado por nós, nem por ninguém perto de nós; somos herdeiros, beneficiamos — e isto estar numa autarquia é uma corrida de estafetas,

o testemunho vai passando de pessoa para pessoa. Nós estamos apenas a limitarmo-nos a pegar no testemunho que veio de trás a levá-lo para a frente, e queremos fazê-lo da melhor forma possível. E é também uma homenagem o lançar deste projecto, a todos quantos nestes cinquenta anos têm trabalhado e têm sonhado com a concretização deste empreendimento.

É um desafio muito grande? É. É um desafio eu diria à nossa medida. À medida de todos nós que aqui estamos. Mas agradecemos muito os alertas que aqui foram dados em relação à questão financeira — é importante nestes processos, ouvirmos todas as opiniões. É importante esta preocupação que aqui foi expressa, pela dimensão financeira que o projecto tem, e essa é também uma preocupação que nós temos. O processo, além do investidor privado que está garantido, que já aqui foi referido, tem avançado com normalidade, têm continuado os contactos, quer com a Secretaria de Estado do Desporto e também com a Secretaria de Estado do Turismo, com a CCDR — agora surgiu também uma hipótese de um “cluster” marítimo para a região. No essencial, há abertura do Governo, para ser encontrada uma solução para este assunto, para que o Governo cumpra plenamente com as responsabilidades públicas que por escrito assumiu.

Eu peço-vos apenas que compreendam alguma descrição que devemos ter neste processo, que como sabem, nós não somos a única Câmara do país que está à procura de apoios para esta área. E uma das coisas que analisámos e que vimos em Lisboa no processo anterior, foi que divulgámos coisas de mais, porque como sabem aparecia nos jornais antes de ser feito. E há caminhos que estão feitos por outras Câmaras, que no fundo se calhar fomos nós próprios que os fomos desbravando. De modo que eu peço-vos e espero que compreendam que haja aqui alguma descrição que devemos ter neste processo.

Entretanto, no terreno, o processo tem avançado sob a orientação da Sr.^a Arq.^a Diamantina Galaxo e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cacia. Temos no terreno uma equipa; o atendimento às pessoas é feito na Junta de Freguesia de Cacia, onde estão representantes de Câmara. Fizemos quatro sessões de apresentação e esclarecimento em relação às dúvidas que pudessem existir em relação ao projecto. Numa primeira fase estamos a procurar confirmar ou reconfirmar todo o levantamento cadastral dos terrenos dos proprietários, das áreas, e apontámos até ao final do mês passado terminar esse trabalho. Convidámos e enviámos uma carta a todos esses proprietários convidando-os a irem à Junta onde está o projecto exposto, os levantamentos todos expostos, para que as pessoas possam conhecer, possam verificar, possam corrigir alguma situação, porque não partiremos para a negociação sem primeiro ter a certeza absoluta de que o que está feito está bem feito, para depois mais à frente não surgirem dúvidas. E pode ficar aqui um convite, se houver essa disponibilidade por parte da Assembleia, não para uma Assembleia formal porque isto tem custos elevados, mas se houver interesse eu penso que é interessantíssimo ouvir uma descrição que a Sr.^a Arq.^a Diamantina possa fazer do projecto.

A Sr.^a Arq.^a está neste projecto há muitos anos, tem sido o motor “a alma mater” de todo ele, e se houvesse interesse nós podíamos marcar um dia, um encontro qualquer, onde pode ser feita essa pormenorização com todo o tipo de questões de pormenor que podem ser levantadas em relação ao projecto. Se houver esse interesse basta apenas que ele seja transmitido à Mesa e a Mesa transmite-nos a nós e marcamos um dia, sem o carácter de Assembleia Ordinária, que nos possamos encontrar para trocar impressões sobre este assunto.

Com dizia, o Sr. Casimiro, o Homem sonha, Deus quer e a obra nasce. E acho que, se nós, - conforme foi o apelo o Dr. Candal metermos Aveiro neste processo, acho que vamos conseguir honrar 50 anos de história, e vamos também conseguir, como o Sr. Casimiro dizia, ser dignos; os vossos filhos hão-de reconhecer o trabalho que fizemos em prole do futuro.”

Vereador Pedro Ferreira ⁰³⁸

“Só uma questão concreta em relação à dúvida quanto à alteração no Orçamento. É obvio que não há um aumento do Orçamento, aquilo que foi é um corte noutra Actividade, noutra

despesa. De facto é um falhanço, mais uma vez os serviços deviam ter completado a informação com a Alteração Orçamental. De qualquer maneira farei tudo para que chegue na próxima sessão uma cópia a todos os senhores deputados.

Não sendo da minha matéria, gostava só de dar aqui uma achega final. Esta questão da Pista de Remo não é só importante em termos desportivos, como se calhar erradamente se tem passado lá para fora. A questão é importante em termos ambientais; é importante em termos agrícolas; é importante em termos sociológicos; é importante em termos económicos. E o termo económico aqui é muito importante por uma razão: é que se não o privado não entrava, não dava dinheiro. É importante também para eles, é importante para criar emprego, porque a água se estiver salgada a Portucel vai-se embora e também nesse aspecto é importante.

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁹

“O Sr. Vereador falou bem, - eu não quis dizer que havia um erro, porque de facto tem de haver uma correcção orçamental. Como não havia uma correcção orçamental eu até já lhe estava a dar uma saída. Há um aumento orçamental, há das receitas e há das despesas, e portanto, estava-lhe a dar uma saída, mas ainda bem que não há um aumento do orçamento e que vai haver uma correcção (que devia ter vindo aqui).

Aliás, correctamente, nem podíamos aprovar isso, sem isso existir, mas isso é uma coisa que eu não estou ligado a esses problemas formais hoje.

Agora, ó Sr. Vereador, dê-me ao menos uma palavrinha, uma notinha sobre essas coisas lá do contraditório relativamente a esta dívida do ano passado, nem que seja para a gente ao menos termos um momento de humor.”

De seguida, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação o Ponto 2. Empreitada de “Construção Das Infra-Estruturas Hidráulicas da Pista Olímpica de Remo e Canoagem do Rio Novo do Príncipe” – Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) em conformidade com o cronograma financeiro da empreitada, sendo o mesmo aprovado por unanimidade (PSD17+CDS7+PS13+PCP1). ⁰⁴⁰

Não houve declarações de voto.

(Reentrou na sala o Vogal Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso)

PONTO 3. IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS (IMI) E DERRAMA – FIXAÇÃO DAS TAXAS PARA 2007.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 11/09/2006, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo). ⁰⁴¹

Usou da palavra o Vereador Pedro Ferreira para a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário. ⁰⁴²

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício ⁰⁴³

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁴

“É obvio que nós somos favoráveis a medidas como estas, que de alguma forma diminuem a pressão dos impostos sobre os munícipes e sobre as empresas. Não temos qualquer dúvida em afirmá-lo; - já o afirmámos no passado, e hoje e sempre.

Agora, o problema subjacente é que estamos perante uma situação de desequilíbrio financeiro, que interessa rapidamente equilibrar. E o equilíbrio financeiro, só se equilibra de duas formas. Diminuindo as despesas, e aumentando as receitas. E é óbvio, que aqui a câmara tinha uma forma de aumentar as receitas, que está conscientemente a repudiar.

Dizem que foi uma promessa eleitoral, muito bem! Eu gosto das pessoas que respeitam os seus compromissos eleitorais.

Agora confio, que o respeito desses compromissos eleitorais, não vá hipotecar o futuro ou outras coisas, porque de facto, nalguns casos estas receitas não são todas iguais, nem causam efectivamente o mesmo impacto nas pessoas, porque umas são sobre as empresas, outras são sobre as famílias, enfim, uma série de coisas.

Mas, o que eu quero retirar daqui e quero que fique bem claro, é que a câmara repudia uma hipótese de equilíbrio orçamental pela via das receitas que tinha à sua disposição, de onde significa que vai tentar, que vai equilibrar o seu orçamento, a sua situação financeira, através da diminuição das despesas. Eu não acredito nisso! Sinceramente, nunca acreditei nem acredito nisso, e gosto de aplicar à economia e aos princípios económicos, a sabedoria popular; - e diz-me a sabedoria popular “quem janta nas adegas, almoça nas fontes”. E isto da economia, é tal e qual como estas bebedeiras, enquanto uma pessoa se está a embebedar, está tudo bem, o problema é ao outro dia quando acorda, e lhe sabe a boca a papel de música.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁵

“Esta manutenção da taxa do IMI, vem ao encontro daquilo que ao longo dos anos nós nos temos referido, inclusivamente quando o IMI era cobrado pela taxa mais alta permitida. Portanto, estamos de acordo com os valores apresentados.

Mas estamos de acordo em primeiro lugar, porque pensamos que não deverão ser os munícipes a sofrer as penalizações, de tarefas desregradas em termos de gestão. Depois, em segundo lugar, porque a situação económica global das famílias, é difícil e o seu município deverá evitar ao máximo, contribuir para o agravamento dessa situação já difícil. E em terceiro lugar, quase que anulando o primeiro e o segundo ponto, é porque o total do encaixe que vai haver este ano em IMI, mesmo com esta percentagem inferior ao máximo permitido por lei, é de certeza absoluta, substancialmente superior ao encaixe em anos anteriores, tendo em conta que as avaliações dos prédios urbanos, estão muitíssimo mais elevadas do que estavam, em muitos casos com avaliações que subiram aos 500%, 600%.

Quanto à Derrama, nós já aqui referimos a situação de injustiça que a Derrama encerra em si, porque no fundo acaba por beneficiar os cumpridores, em detrimento dos não cumpridores. Dos que de facto não declaram os seus rendimentos, o seu rendimento colectivo.

Nós debatemo-nos sinceramente para que haja uma alternativa possível e mais junta à Derrama, no entanto, mediante o quadro existente, obviamente que estamos de acordo com a percentagem apresentada.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁶

“Nos estamos de acordo com esta proposta, ela vem no seguimento daquilo que nós já há vários anos vínhamos defendendo nesta Assembleia, de que o município de Aveiro devia dar o exemplo, de não se cobrar pela taxa máxima, mesmo que tal representasse uma quebra de receita, e nós que bem que precisaríamos neste município de Aveiro de mais receita, só que o nosso problema também é o das receitas, mas essencialmente o nosso problema é o das despesas. E de muitas despesas que nós temos e algumas delas por exemplo, dos juros das despesas só de dívida de curto prazo, só de juros das despesas de curto prazo, se calhar iria suplantar alguma eventual receita que nós cobrássemos por nós termos as taxas máximas.

E era uma coisa que eu queria perguntar ao Sr. Vereador, era se realmente há indicadores de qual foi a receita já do IMI para este ano, e se podemos já ter uma comparação da receita deste ano com estas novas taxas já fixadas por esta Assembleia, sem ser a taxa máxima, e as receitas dos anos anteriores.

E o mesmo, no que diz respeito à Derrama. Qual as expectativas de receita e de perda eventual dessa receita, se nós tivéssemos aplicado a taxa máxima.

Por último, gostaria também de fazer referência a um assunto que também já é recorrente nesta assembleia, que é nós queixarmo-nos dos coeficientes de localização e de eventual revisão desses próprios coeficientes de localização. Muitas vezes, esses também são factores de desigualdade, e de onerar demasiado algumas famílias devido à localização onde as suas casas se encontram, e porventura deverão ser reajustados.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁷

“Muito sucintamente eu queria subscrever em absoluto, aquilo que o meu companheiro de bancada referiu sobre esta matéria, mas queria concretizar uma questão, que é a seguinte: as percentagens de aplicação da taxa do IMI, estão condicionadas pela receita que porventura podem vir a provocar. E sabemos, atinente à circunstância de dificuldade da Câmara, sobre se isto influi ou não na receita, porque o importante é saber de facto: - este mecanismo perverso, que foi o da alteração por parte do Ministério das Finanças, no sentido da valorização dos imóveis ou do valor de incidência.

Isto é, eu quero apenas que a Câmara nos diga, que não vale a pena. Porque se não até podia dizer mesmo, eu suportaria que a Câmara continuasse a insistir de facto na sua promessa eleitoral e este ano propusesse 0,6 e 0,3, se porventura isso justificasse mesmo assim, um aumento de receita.

O que é que representa em termos absolutos para a receita (?), porque isto reflecte-se e repercute-se apenas e só por um outro tipo de alteração, não é benefício nenhum, não se traz nem se transporta.”

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁸

“Só duas pequenas questões. Em primeiro lugar, parece-me que relativamente às áreas da cidade e às áreas das freguesias periféricas, parece que o valor de zonamento, que não é o mais justo.

Em segundo lugar e muito brevemente, eu queria saber a opinião do executivo, sobre o artigo 112.º do capítulo 10.º da lei do IMI, onde se diz que os municípios através de deliberação da Assembleia têm o direito de agravar as taxas aos prédios devolutos, no sentido de evitar como o caso da Avenida, próximo da estação, cada vez mais prédios em situação degradante.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁴⁹

“Antes de mais reafirmar aquilo que nós temos dito ao longo das sessões e das reuniões de Câmara em que isto foi discutido. Esta Câmara considera que não é com o aumento dos impostos aos municípios que vai conseguir resolver o problema da dívida. Sempre o assumimos, sempre dissemos isso, não só como promessa eleitoral, mas ao longo do tempo que estamos à frente dos destinos de Aveiro.

Em relação à questão e respondendo já aqui a algumas questões colocadas pelos vários deputados, em relação à questão da diminuição da despesa versus aumento da receita.

Aquilo que se estima em termos de “não ganho” (não é perda), durante o ano 2006, e estes são valores estimados porque como é obvio ainda não há valores totais, só no final do ano, até porque houve uma alteração e este ano estamos a receber em meses diferentes do que é costume. Aquilo que se estima, é que no total entre o IMI e a Derrama cerca de um milhão e cinquenta mil euros que deixamos de ganhar.

Agora em relação à diminuição da despesa. Nós em termos de requisições externas, que nos anos anteriores, e culminando num pico em 2005 de dois milhões e quinhentos mil euros, a Câmara este ano, até ao final de Agosto, tinha feito requisições de setecentos mil euros. Portanto, estimo que se chegarmos ao milhão e duzentos já será muito. Portanto, só aqui estamos a poupar um milhão e trezentos mil euros em termos de despesa acima daquilo que seriam eventuais ganhos se mantivéssemos o máximo.

A questão sobre, o porquê do IMI aumentar muito mais do que aquilo que poderíamos perder, em relação à questão que colocou o António Regala. No ano passado houve um efeito esquisito, é que ainda tínhamos a SISA, e este ano como é óbvio, sai de um lado, e entra no outro.

A questão dos coeficientes de localização de facto ainda não tem nada previsto. É algo que temos estado a pensar, em coadjuvação com a questão dos prédios devolutos, mas esperamos dentro em breve começar a estudar esse dossier — de facto temos essa noção e vamos avançar com ele.

A questão da “bebedeira” se assim podemos dizer; aquilo que costuma receitar é um Guronsan, eu não sei o termo técnico mas o Dr. Capão Filipe pode responder a isso.”

Presidente da Câmara ⁰⁵⁰

“Quando é referido e muito bem, que esta é uma receita que estamos conscientemente a repudiar, é verdade. Isto significa que esta é uma decisão que nós tomámos de conscientemente baixar o valor a pagar pelos cidadãos e pelas empresas. E isto por duas razões fundamentais. Primeiro, porque na linha do que temos afirmado ao longo do tempo entendemos que não devem ser os cidadãos a ter que pagar sempre pelo máximo os erros que nós temos na gestão municipal. E em segundo, porque é um compromisso que oportunamente assumimos — e como compromisso apenas temos o dever de o cumprir.”

De seguida, o Presidente da Mesa em exercício, colocou à votação o Ponto 3. Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) e Derrama – fixação das taxas para 2007, sendo o mesmo aprovado por unanimidade (17PSD+7CDS+13PS+1PCP+1BE). ⁰⁵¹

Não houve declarações de voto.

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa em exercício, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta. ⁰⁵²

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa em exercício deu por encerrada a terceira reunião desta Sessão Ordinária de Setembro, informando que a próxima reunião que será no dia 09 de Outubro (2.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 05 de Outubro de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)